



Informação nº: 14/2014 – SECONT/2ªDICONT

Brasília (DF), 20 de janeiro de 2013.

Processo nº: 29.188/2012 (1 volume).

Apenso nº: 480.000.620/2012 (1 volume), 053.000.874/1995 (1 volume).

Jurisdicionada: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF

Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE.

Valor envolvido: R\$ 5.256,96¹ (montante em exame)

Ementa: TCE instaurada em atendimento à Decisão nº 3.186/2001, para apurar a existência de irregularidade na concessão e no pagamento de indenização de transporte na passagem para a inatividade de militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF. Pela citação do beneficiário.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de tomada de contas especial instaurada em atendimento ao item II, alínea 'a', da Decisão nº 3.186/2001², para apurar a existência de irregularidade na concessão e no pagamento de indenização de transporte na passagem à inatividade de militares do Corpo de Bombeiros Militar

¹ Valores originais em 05.09.1995, conforme indicado à fl. 25* e 09**.

² “O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: (...) II - representar ao Excelentíssimo Sr. Governador do Distrito Federal quanto à necessidade de implementação das seguintes providências: **a) instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos da Resolução nº 102, de 15/7/98, com a finalidade de apurar a extensão das irregularidades ocorridas na concessão e pagamento de indenização de transporte requeridas em razão de passagem para a inatividade de militares daquela Corporação, com o objetivo de identificar os responsáveis e quantificar os prejuízos ocorridos no período de 1996 a 2000;** b) exame da conveniência de propor a extinção do direito de transporte quando da passagem dos militares locais para a inatividade, com base nos artigos 21, inciso XIV, e 61, § 1º, inciso II, alínea "c", da Constituição Federal, tendo em vista as razões apresentadas nos autos; (...)”

* Processo GDF nº 480.000.620/2012

** Processo CBMDF nº 053.000.874/1995



do Distrito Federal – CBMDF, durante os exercícios compreendidos entre 1996 a 2000, neste caso, do militar Osvaldo José Corrêa.

COMPOSIÇÃO PROCESSUAL E PRAZOS

2. O presente feito encontra-se satisfatoriamente formalizado, obedecendo, na essência, à composição prevista no art. 3º da Resolução nº 102/98 – TCDF. Relativamente aos prazos previstos nos arts. 8º e 9º da Resolução nº 102/1998, vale destacar que o seu acompanhamento ocorreu no bojo do Processo nº 29.118/2012. O Processo nº 480.000.620/2012 foi encaminhado a esta Corte em 22/08/2013, conforme protocolo à fl. 75v*.

FATOS

3. A Decisão nº 3.186/2001 determinou a instauração de TCE para apurar a existência de irregularidade na concessão e no pagamento de indenização de transporte na passagem à inatividade de militares da CBMDF, durante os exercícios compreendidos entre 1996 a 2000.

4. A indenização de transporte é a importância em dinheiro paga ao militar para custeio das despesas com transporte de pessoal e bagagem, para si, seus dependentes e um empregado doméstico, ao local em que fixarem residência no Território Nacional.

5. Em abril de 2002, foi constituído o Processo nº 010.000.333/2002 que, posteriormente, foi desmembrado em diversos outros feitos, com vistas à redução da complexidade do processo original que se referia a diversos militares. Nesse sentido, esta TCE apura, exclusivamente, a existência de tais irregularidades concernentes ao militar a seguir relacionado.

6. Os presentes autos cuidam da indenização concedida ao militar Osvaldo José Corrêa, em razão da sua transferência para Vitória/ES, solicitada em 12/06/1995, conforme requerimento à fl. 01**.

* Processo GDF nº 480.000.620/2012

** Processo CBMDF nº 053.000.874/1995



7. Realizadas as devidas análises no âmbito do Controle Interno, a Comissão Tomadora emitiu relatório manifestando-se pela existência de prejuízo, o qual passamos a analisar.

PRONUNCIAMENTO DA COMISSÃO TOMADORA

8. No Relatório de TCE nº 061/2013/DIPES/SUTCE/STC (fls. 42-46*), a Comissão Tomadora assim concluiu:

*“Ante o exposto e tendo assim colhido os dados suficientes para formar juízo tranquilo sobre os fatos e as irregularidades em apuração, e com base nos artigos 186 e 927 do Código Civil Brasileiro, a presente Comissão Tomadora, à unanimidade, encerra seus trabalhos resolvendo **imputar ao militar Osvaldo José Corrêa, nascido em 23/07/1944, filho de Zélia Fernandes Corrêa, residente a QD CNB – 14, Lote 05, Bloco A, ap 504, portador do CPF: 057.413.601-06, Bombeiro Militar reformado, SIAPE nº 1400568, a responsabilidade civil pelo ressarcimento a ser feito ao Erário Distrital, no valor atualizado de R\$ 16.544,74 (dezesesseis mil quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), decorrente da utilização indevida dos recursos provenientes da Indenização de Transporte, conforme requerimento assinado pelo militar em questão (fl. 01 - apenso), para custear a transferência domiciliar, para a cidade de Vitória/ES, quando da passagem para a inatividade, situação essa que não foi comprovada nos autos desse processo, cabendo ao mesmo a devolução integral dos recursos concedidos na forma de indenização de transporte;***

9. Além disso, no que tange aos gestores que concederam a indenização, a Comissão Tomadora não propôs nenhum encaminhamento.

10. Esse relatório foi aprovado pela Subsecretaria de Tomada de Contas Especial (fl. 47v*). Após as providências de praxe, os autos foram encaminhados para a Controladoria.

* Processo GDF nº 480.000.620/2012

** Processo CBMDF nº 053.000.874/1995



PRONUNCIAMENTO DO CONTROLE INTERNO

11. Corroborando o entendimento da CTCE, por meio do Relatório de Auditoria nº 105/2013 – CONT/STC (fls. 64-69*), o Controle Interno concluiu pela **irregularidade** das contas do militar Osvaldo José Corrêa, emitindo o Certificado de Auditoria – TCE nº 105/2013 – CONTROLADORIA (fl. 70*).

ANÁLISE DO CONTROLE EXTERNO

12. Os elementos que compõem os autos demonstram que o objeto da presente tomada de contas especial foi adequadamente apurado na fase interna. Isso porque foram evidenciados os pressupostos necessários à responsabilização, quais sejam a apuração dos fatos e a conduta do envolvido, a quantificação do dano e a indicação do nexo causal entre tais elementos.

13. Estamos de acordo com o posicionamento da SUTCE/STC e do Controle Interno pela responsabilização do militar Osvaldo José Corrêa, quanto ao prejuízo apurado.

14. A documentação apresentada pelo militar para a obtenção do benefício não comprova a efetiva mudança de domicílio ou, se ocorreu, foi por prazo menor que o mínimo exigido pela norma regente³. Os documentos estão relacionados a seguir:

- i. Requerimento para obtenção do benefício da indenização de transporte (fl. 01**);
- ii. Comprovante de abertura de conta no Banco do Brasil, Agência 1239-4, localizada em **Brasília (Guará) DF** (fl. 03**);
- iii. Contrato de locação de imóvel em Jacaraípe/ES, com prazo de **1 ano**, de junho/1995 a junho/1996 (fls. 04**);

³ Portaria PMDF nº 023/1995, conforme indicação à fl. 76*:“(…) V – O CBMDF poderá solicitar do militar inativo, a qualquer tempo, pelo prazo de 01 (um) ano, a comprovação de residência, bem como confirmar através de Corporação co-irmã da Unidade da Federação local, a veracidade das informações geradoras do benefício”.

* Processo GDF nº 480.000.620/2012

** Processo CBMDF nº 053.000.874/1995



- iv. Declaração de responsabilidade pelas informações prestadas e de conhecimento do Decreto nº 986/1993, Decreto nº 16.529/1995 e Portaria nº 023/1995 (fl. 05**);
- v. Declaração de dependentes fornecida pela Corporação (fl. 08**);

15. Segundo declaração assinada pelo beneficiário, fl. 05**, esse afirmava possuir pleno conhecimento do contido Decreto nº 986/1993, Decreto nº 16.529/1995 e Portaria nº 023/1995⁴ e responsabilizava-se pelas informações prestadas, sob pena de sujeição a medidas de ordem administrativas, disciplinar e judicial.

16. No entanto, a documentação apresentada pelo militar, como já foi posicionado nessa instrução, não comprova a efetividade da mudança de domicílio do indenizado ou ocorreu durante prazo menor que o mínimo exigido pela norma regente. Destaca-se que alguns aspectos peculiares a um contrato de locação de imóvel não foram observados, tal como ausência de testemunhas, o que levanta sérias dúvidas quanto à idoneidade desse documento. À fl. 03**, o referido militar acostou comprovante de abertura de conta no Banco do Brasil em Brasília (Guará)/DF. Porém, este documento não comprova o atendimento à legislação.

⁴ 2 - MILITAR TRANSFERIDO PARA A INATIVIDADE/DIP – ATRIBUIÇÕES

a) MILITAR

Apresentar por ocasião da entrada do requerimento de solicitação de transporte do DF para outro Estado da federação, junto a DIP (Diretoria de Inativos e Pensionistas), dentro do prazo previsto, após a efetiva passagem para a Inatividade, os seguintes documentos:

1) Quanto a dependentes:

- Declaração da Diretoria de Pessoal, contendo a relação nominal dos dependentes legalmente declarados na Corporação

2) Quanto ao local **onde irá fixar residência:**

- Escritura de imóvel próprio, do cônjuge, de ascendente ou descendente; ou

- Certidão ou contrato de aquisição de imóvel pelo SFH; ou,

- Contrato de aluguel

- Abertura de conta no Banco do Brasil S/A.

3) Quanto à propriedade do veículo:

- Cópia xerox do certificado de propriedade.

4) Quanto ao empregado doméstico:

- Carteira de Trabalho, assinada: ou,

- Contrato de trabalho.

b) **À Diretoria de Inativos e Pensionistas:**

Caberá a DIP anexar ao processo de pagamento de indenização de transporte dos Inativos o **Relatório de Exame de Comprovação de Moradia na Reserva** e Declaração de veracidade de informações assinada pelo solicitante. (Grifamos)

* Processo GDF nº 480.000.620/2012

** Processo CBMDF nº 053.000.874/1995



Diferente seria se o beneficiário apresentasse extrato bancário de conta aberta no município de destino, demonstrando movimentação financeira dessa conta, inclusive o depósito de seus proventos. Também não há, nos autos, comprovação de transporte ou transferência de seu veículo ou de sua moto para a cidade solicitada.

17. Nesta oportunidade, vale mencionar, por analogia ao presente caso, as contestações feitas pela Auditoria de Regularidade n.º 012/2000 realizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme Processo TCDF n.º 394/2000, que subsidiou a Decisão n.º 3186/2001 — TCDF:

"da Portaria 23/95 CBMDF, de 30 de junho de 1995, que regulamentou a concessão do multi-citado benefício, para provar a mudança de domicílio basta o interessado apresentar contrato de aluguel de imóvel na localidade do novo domicílio e abertura de conta corrente no Banco do Brasil desse mesmo lugar.

Ora, qualquer desses dois documentos não são hábeis para prova de mudança de domicílio, sequer para provar que o contratante ou o correntista realizaram pessoalmente tais atos, ou seja, é possível apresentar ambos documentos sem que o beneficiado tenha ao menos saído de Brasília. A abertura de uma conta corrente pode ser feita regularmente por meio de procuração com poderes gerais, pois é ato que comporta sua execução por meio de mandatário. E hoje é possível resgatar os recursos depositados nos estabelecimentos bancários em qualquer parte do país sem necessidade de visitas à agência detentora da conta corrente. Já o contrato de locação de imóvel é documento particular que pode ser forjado sem nenhuma dificuldade.

(...)

dos 57 (cinquenta e sete) militares constantes da amostra, 45 (quarenta e cinco) incluíram veículos na bagagem. Destes, 16 (dezesseis) foram transferidos para Tabatinga/AM, (...). As situações ora descritas – transferir veículo para Tabatinga/AM e em seguida trazê-lo para o DF ou adquirir um modelo antigo de pequeno valor na véspera do requerimento do benefício apresentam-se como indícios de fraude não só na

* Processo GDF nº 480.000.620/2012

** Processo CBMDF nº 053.000.874/1995



composição da bagagem mas em todo o processo de pagamento da indenização de transporte." (destacou-se).

18. Diante das questões trazidas por essa auditoria, bem como as constatações feitas pela Comissão de TCE, faz-se mister a comprovação material do atendimento da finalidade do Decreto Federal nº 986⁵, de 12/11/1993, aplicável ao caso em exame tendo por base o Decreto Distrital nº 16.529⁶, de 07/06/1995, qual seja a efetiva mudança para o domicílio requerido e fixação pelo período mínimo de 1 (um) ano. E, para isso, foi oportunizado ao beneficiário o direito à ampla defesa, conforme fl. 41*.

19. Contudo, o beneficiário, em nenhuma das tentativas de notificação, no âmbito do Controle Interno, foi encontrado. Com relação a este fato, cabe mencionar a tese desenvolvida no Relatório de TCE nº 057/2013/DIPES/SUTCE/STC (Processo nº 29.439/2012), que versou sobre situação semelhante, no sentido de que a ausência de notificação na fase interna não enseja sua nulidade, pois haverá o momento próprio para que a defesa se manifeste nos autos. Ainda de acordo com a TCE, *"Na fase interna da TCE – aquela que ocorre no âmbito da Administração Pública – o que se desenvolve é apenas um procedimento, e não um processo em si. A diferença crucial neste caso*

⁵ Regulamenta a execução do transporte em Território Nacional, em tempo de paz, dos militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

"Art. 1º A execução do Transporte em Território Nacional, em tempo de paz, devida aos militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, de que trata o art. 50, IV, "e", "f" e "j" da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares, e os arts. 34; 58, II e §§ 1º e 2º; e 69, § 4º da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, é regulamentada pelo presente Decreto.

(...)

Art. 3º O militar da ativa, quando movimentado por interesse do serviço, terá direito no transporte para si, seus dependentes e um empregado doméstico, compreendendo a realização de deslocamentos de pessoal e a translação da respectiva bagagem da localidade onde residir, para outra onde fixará residência, dentro do território nacional.

§ 1º O militar obrigado a mudar de residência na mesma sede, por interesse do serviço ou ex officio, terá direito somente ao transporte da bagagem, exceto o automóvel ou a motocicleta.

(...)

Art. 6º Ao militar transferido para a reserva remunerada aplicar-se-á o disposto no art. 3º, caput e § 1º, entre a OM de origem e a localidade onde vai fixar sua residência." (grifou-se)

⁶ Dispõe sobre a aplicabilidade do Decreto Federal nº 986/93 aos militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

* Processo GDF nº 480.000.620/2012

** Processo CBMDF nº 053.000.874/1995



está no fato de que a lide se dá no processo, ou seja, na fase externa da TCE, que ocorre no âmbito dos Tribunais de Contas.” Estamos de acordo com este posicionamento.

20. Portanto, considerando as conclusões da CTCE, bem como a ausência de comprovação da efetiva mudança de domicílio do militar para a cidade indicada, entendemos que houve prejuízo ao erário pelo recebimento indevido de indenização de transporte e que o prejuízo teve origem na conduta dolosa do mesmo, haja vista a existência de indícios de que o militar simulou a transferência do seu domicílio com o propósito de obter vantagem pecuniária que sabia não fazer jus, em proveito próprio e em prejuízo ao erário distrital.

21. Em consequência, a teor do que prescreve o art. 1º, inciso II, alínea “a”, da Emenda Regimental nº 13/2003⁷, deverá incidir, no presente caso, atualização monetária a partir da data da concessão da indenização de transporte.

22. Considerando ainda haver indícios de ato doloso, devem ser acrescidos juros de mora a partir da data do pagamento da indenização de transporte, conforme determina a alínea “b”, do mesmo dispositivo regimental.

23. Assim, o valor do débito calculado pelo Sistema de Atualização Monetária – SINDEC - desta Corte, em 20.01.2014, fl. 23, será: a) principal, em 05.09.1995, R\$ 5.256,96 (fl. 25* e 09**); b) atualização monetária, R\$ 12.210,98; c) juros, R\$ 38.429,46; e) valor total atualizado, **R\$ 55.897,40**.

24. Por fim, tendo em conta possível omissão no dever de fiscalizar e ausência de comprovação dos requisitos necessários à concessão e ao pagamento da indenização de transporte na passagem para a inatividade de militar da CBMDF,

⁷ Art. 1º Os débitos fixados pelo Tribunal de Contas serão atualizados monetariamente até a data do efetivo pagamento, na forma estabelecida pelo art. 1º da Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001, incidindo juros de mora sobre o valor reajustado, à taxa de um por cento ao mês, até a data de sua quitação, observados os seguintes critérios:

(...)

II – nos casos de débito decorrente de sonegação ou alcance:

(...)

b) os juros de mora serão calculados a partir do dia seguinte ao do término do prazo fixado em notificação para o pagamento da dívida, **salvo se esta decorrer de ato doloso, quando incidirão a partir da data da ocorrência do dano.**” (Grifamos)

* Processo GDF nº 480.000.620/2012

** Processo CBMDF nº 053.000.874/1995



os gestores responsáveis poderiam ser convocados aos autos para apresentação de defesa. Contudo, considerando o recente entendimento firmado pela Corte na Sessão Ordinária nº 4.649, de 14/11/2013, por meio das Decisões nºs 5.666/13 (Proc. 27.851/2012), fl. 22, 5.667/13 (Proc. 14.541/2013) e 5.668/2013 (Proc. 14.630/2013), a responsabilidade pelo prejuízo ao erário, no caso em tela, deve ser imputada somente ao militar Osvaldo José Corrêa.

25. No tocante ao encaminhamento de cópia dos autos à CBMDF para instauração de procedimento disciplinar, nos termos do voto proferido pela Conselheira Anilcéia Luzia Machado, nos autos do Processo nº 27.851/2012, entre outros, (...) *“essa deliberação deverá ser adotada após a realização da citação e da análise da defesa, tendo em conta que a oitiva do possível responsável poderá trazer subsídios aos autos, viabilizando apreciação mais segura do mérito.”*

26. Deixaremos de sugerir o envio de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, em razão das irregularidades identificadas nos autos, considerando o entendimento acerca da prescrição penal proferido pela 7ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília, nos autos do Requerimento nº 08190.063178/13-81, conforme o Ofício nº 23/2013-7ª PJCr/MPDFT, cópia às fls. 24-26.

CONCLUSÃO

27. A presente Tomada de Contas Especial contempla satisfatoriamente o disposto na Resolução nº 102/1998, contendo elementos de convicção suficientes para atestar o prejuízo ao erário, tendo em conta as provas constantes do apenso e a análise do controle externo apresentada nesta Instrução.

28. Por todo o exposto, considerando o recente entendimento manifestado pela Corte na Sessão Ordinária nº 4649, de 14/11/2013, por meio das Decisões nºs 5.666, fls. 22, 5.667 e 5.668/2013, entendemos que o TCDF deve, nos termos do art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, ordenar a citação do militar beneficiário **Osvaldo José Corrêa** para, no prazo de 30 (trinta) dias,

* Processo GDF nº 480.000.620/2012

** Processo CBMDF nº 053.000.874/1995



apresentar alegações de defesa, ou recolher o débito de **R\$ 55.897,40**, fl. 23, atualizado pelo SINDEC/TCDF, em 20/01/2014, quanto ao percebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando de sua passagem para a inatividade, o que poderá ensejar o julgamento de suas contas como irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas "b" e "d", c/c o art. 20, bem como a aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, nos termos do art. 60, todos da referida LC, dada a gravidade da irregularidade ocorrida.

SUGESTÕES

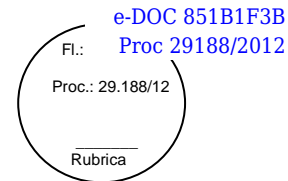
29. Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:
- I. tome conhecimento da presente tomada de contas especial, objeto dos Processos nº 053.000.874/1995 e 480.000.620/2012;
 - II. nos termos do art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, ordene a citação do militar mencionado no parágrafo 28 desta Instrução para que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa, ou recolha, desde logo, o débito que lhe foi imputado nos autos, no valor de **R\$ 55.897,40** (atualizado até 20/01/2014), quanto ao percebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando de sua passagem para a inatividade, conforme Matriz de Responsabilização à fl. 28, o que poderá ensejar o julgamento de suas contas como irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas "b" e "d", c/c o art. 20, bem como a aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da

* Processo GDF nº 480.000.620/2012

** Processo CBMDF nº 053.000.874/1995



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS



Administração Pública Distrital, nos termos do art. 60, todos da referida LC, dada a gravidade da irregularidade ocorrida;

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.

À superior consideração.

* Processo GDF nº 480.000.620/2012

** Processo CBMDF nº 053.000.874/1995